

Secretaria de Estado de
Finanças



Governo do Estado de
RONDÔNIA

BOLETIM COTES

1º Trimestre

2023

SUMÁRIO

04.

Introdução

05.

Receitas Arrecadadas

08.

Repasses Constitucionais e Legais

10.

Rendimentos das Contas do Tesouro

13.

Pagamentos e Repasses

16.

Receita Corrente Líquida

18.

Execução Orçamentária

22.

Serviço da Dívida Contratual

24.

Evolução da Dívida Contratual

25.

Dados Gerais da Dívida Contratual

26.

Estoque da Dívida Contratual

SUMÁRIO

27.

Deficit Atuarial

28.

Estoque de Precatórios

31.

Disponibilidade p/ Pagamento de Precatórios

32.

Pagamento de Precatórios

34.

Contribuição ao PIS/PASEP

35.

CAPAG

36.

Espaço Fiscal

37.

Regularidade Fiscal

38.

Empresas em Liquidação

39.

Glossário

INTRODUÇÃO

Prezados Leitores,

Apresentamos o Boletim da Coordenação do Tesouro Estadual (COTES) referente ao primeiro trimestre de 2023, material que visa informar de forma clara e objetiva sobre o desempenho dos produtos e projetos sob nossa responsabilidade durante o período em questão.

Neste boletim, você encontrará uma análise objetiva das iniciativas desenvolvidas, proporcionando um panorama atualizado das operações realizadas, os desafios superados e as perspectivas futuras.

Além disso, destacaremos as principais conquistas do trimestre, evidenciando o impacto positivo de nossas ações e estratégias no Tesouro Estadual.

Esta publicação reflete nosso compromisso com a transparência, buscando mantê-los sempre bem informados sobre as atividades da COTES.

Boa leitura!

Atenciosamente,

Coordenação do Tesouro Estadual

RECEITAS ARRECADADAS

São as receitas referentes às transferências constitucionais e legais, além daquelas provenientes de outros fundos, arrecadadas pelo Tesouro Estadual, apropriadas por meio de Guia de Recebimento (GR).

Tabela 1 - Principais receitas arrecadadas pelo Tesouro Estadual (em milhares)

ORIGEM	JAN/23	FEV/23	MAR/23	ACUMULADO
FPE	411.055,68	574.352,70	344.012,13	1.329.420,51
IPI-EXP	2.078,49	1.482,21	1.836,93	5.397,63
ISO	75,03	65,93	58,02	198,98
FEP	2.616,33	2.402,24	2.537,03	7.555,61
Rec. Minerais	287,73	388,23	288,33	964,29
Rec. Hídricos	0,00	1.986,18	7.011,85	8.998,03
Cessão de Direitos	2.529,58	2.461,96	2.489,02	7.480,55
Lei 176	2.645,05	2.645,05	2.645,05	7.935,15
	421.287,89	585.784,50	360.878,36	1.367.950,75

Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

RECEITAS ARRECADADAS

01

Fundo de Participação dos Estados (FPE)

O total previsto das cotas de FPE, até o mês de março é de R\$ 948.779.612,02 enquanto a receita realizada foi de R\$ 1.329.420.517,53, superando a previsão em 40,12%.

Gráfico 1 - Receita FPE (em milhares)



Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

02

IPI Estados Exportadores (IPI-EXP)

Verifica-se uma arrecadação acumulada, até o mês de março, no valor de R\$ 5.397.630,22, o que representa uma arrecadação 32,51% menor do que o esperado para o mesmo período, que era de R\$ 7.997.138,64, uma diferença de R\$ 2.599.508,42.

Gráfico 2 - Receita IPI-EXP (em milhares)



Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

RECEITAS ARRECADADAS

03

IOF-Ouro

A arrecadação prevista a título de IOF-Ouro, com base no Decreto nº 27.855/2023, era de R\$ 415.408,10, até março do ano corrente, enquanto o arrecadado foi de R\$ 198.979,26. O valor é 52,10% (R\$ 216.428,84) abaixo do esperado.

Gráfico 3 - Receita IOF-Ouro (em milhares)



Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

REPASSES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

01

Repasses aos Municípios

Enfatiza-se que os valores repassados são baseados na arrecadação contábil, uma vez que existem diferenças com o financeiro decorrentes da não simultaneidade entre o financeiro e o contábil que é intrínseca a forma de operacionalização das transferências no SIGEF.

Tabela 2 - Transferências Constitucionais aos Municípios (em milhares)

ORIGEM	RECEITA	TRANSFERIDO	%
ICMS	1.242.748,12	312.075,03	25
IPVA	189.747,40	93.756,09	50
IPI-EXP	5.397,63	1.349,41	25

Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

02

Repastes ao FUNDEB, à Educação e à Saúde

Em relação ao FUNDEB, enfatiza-se que os valores repassados são baseados na arrecadação contábil, uma vez que existem diferenças com o financeiro decorrentes da não simultaneidade entre o financeiro e o contábil que é intrínseca a forma de operacionalização das transferências no SIGEF.

REPASSES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Tabela 3 - Repasses (em milhares)

REPASSE	BASE DE CÁLCULO	VALOR	% REPASSADO
FUNDEB	2.368.900.579	473.112.344	20%
EDUCAÇÃO	2.528.564.310	550.198.304	22%
SAÚDE	2.528.365.331	295.663.540	12%

Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

RENDIMENTOS CONTAS DO TESOURO

Somatório das principais contas: Reserva do Tesouro, Fundo de Apoio à Exportação, Depósitos Judiciais, IRRF TJ RPV, FPE, Conta Única.

Cálculo



Esse cálculo foi feito por Fundo de Investimento, demonstrando-se a rentabilidade de cada um de forma separada, bem como a rentabilidade média geral, considerando a ponderação da rentabilidade de cada fundo com o saldo de aplicação no último dia do mês.

Lei Kandir



Saiba ainda que a conta da Lei Kandir/Lei 176 não foi considerada no cálculo da rentabilidade referente ao ano de 2023, em virtude da sua fonte atual ser 1.711.0.00001. Como ponto de comparação, convém mencionar que, no ano de 2022, o rendimento total dessa conta foi de R\$ 4.456.387,85.

Fundos



É importante destacar que o “Fundo BB RF CP Absoluto” foi substituído pelo “BB RF Solidez Absol” em outubro de 2021. Além disso, o “Fundo BB RF CP Automático”, iniciado em 18 de fevereiro de 2022, substituiu o “Fundo S. Público Automático”.

Até março de 2023, os rendimentos das aplicações dessas contas totalizaram R\$ 34.041.896,47, enquanto no mesmo período de 2022 o rendimento foi de R\$ 35.966.827,74.

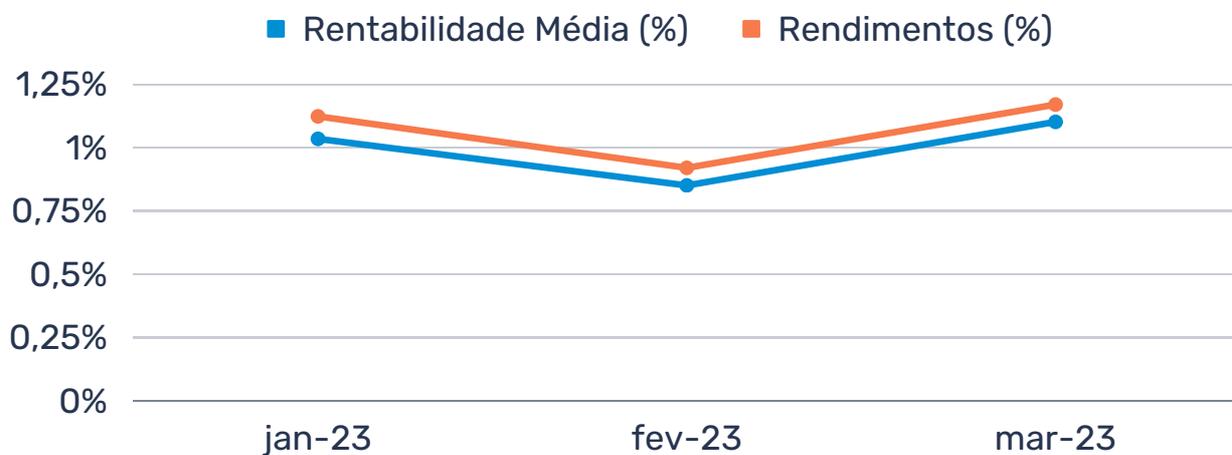
RENDIMENTOS CONTAS DO TESOURO

Tabela 4 - Rendimentos das Contas do Tesouro por Fundo de Investimento - Fonte 500 (em milhares)

MÊS	RENDIMENTOS (R\$)	RENTABILIDADE MÉDIA (% A.M.)	TOTAL APLICADO (R\$)	CDI252
JAN/23	10,987,157.16	1.03%	1,098,569,790.94	1.12%
FEV/23	10,140,264.20	0.85%	1,197,726,805.41	0.92%
MAR/23	12,914,475.11	1.10%	1,104,430,462.73	1.17%
TOTAIS	34,041,896.47	3.0163%	-	3.2477%

Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

Gráfico 4 - Representação gráfica do desempenho das aplicações das contas do tesouro - FONTE 500 E 501 (em milhares)



Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

RENDIMENTOS CONTAS DO TESOURO

Quando comparamos os ganhos de cada investimento com a taxa CDI, índice utilizado como benchmarking, percebemos um aumento real de desempenho de 23% em relação a 2021 e de 0,81% em relação a 2022.

Esse resultado positivo se deve às mudanças na forma como a Gerência passou a lidar com os investimentos das contas do Tesouro, a partir de meados de 2021.

Tabela 5 - Desempenho dos rendimentos comparado à taxa CDI - Fonte 500 (em milhares)

ANO	RENDIMENTO	RENTABILIDADE (%)	CDI252	DESEMPENHO (% CDI252)
2021	49.783.746,26	3,3307	4,4236	75,2950
2022	128.251.337,26	11,4124	12,3910	92,1020
2023	34.041.896,47	3,0163	3,2477	92,8754

Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

PAGAMENTOS E REPASSES FINANCEIROS

Informações consolidadas referentes a todos os pagamentos executados e repasses efetuados pela Gerência de Operações e Programação Financeira.

Tabela 6 - Informações consolidadas por produto e competência (em milhares)

PRODUTO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL/PROD.
Duodécimo	195.116,05	167.214,29	198.676,39	561.006,73
Precatórios	26.444,21	26.287,77	26.240,18	78.972,16
Energisa	4.636,79	4.037,91	3.923,53	12.598,23
Fopag	98.377,90	92.675,63	91.165,90	282.219,43
AJ 6030	2.696,66	2.456,55	2.444,11	7.597,32
AJ 5042	185,60	160,63	177,92	524,15
Penhoras	-	22,83	-	22,83
Consignações	17.722,66	17.725,44	17.930,82	53.378,92
FGTS	23,80	25,34	22,81	71,94
Previdências	107,14	102,21	101,70	311,06
RPSM	5.378,60	5.977,35	5.999,44	17.355,38
INSS	2.731,12	2.559,92	2.631,16	7.922,20
IPERON	14.294,48	14.210,26	14.510,88	43.015,62
TOTAL/COMPETÊNCIA =>	367.715,00	333.456,15	363.824,83	1.064.995,98

Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

PAGAMENTOS E REPASSES FINANCEIROS

Execução do pagamento da folha de pagamentos da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, exceto SESAU e SEDUC, e seus respectivos encargos e consignações.

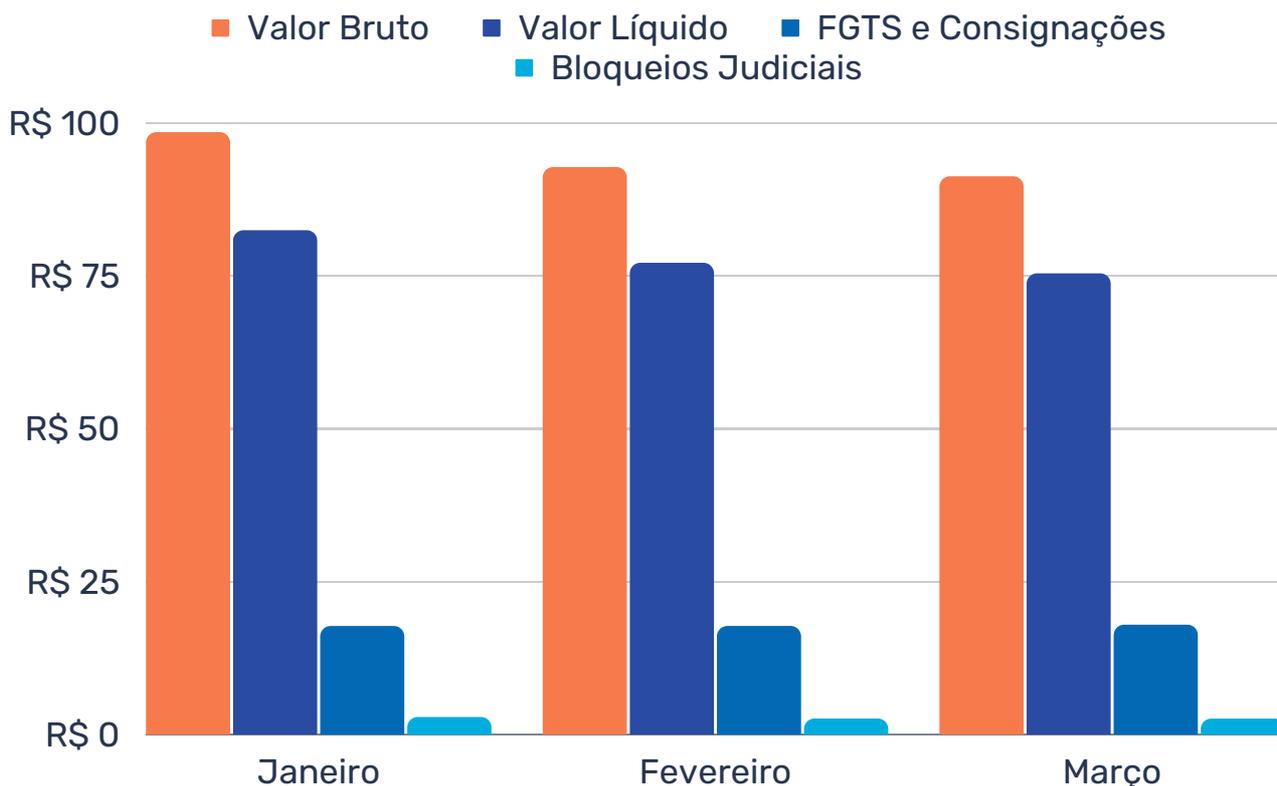
Tabela 7 - Folha de Pagamento e Bloqueios Judiciais Incidentes (em milhares)

MÊS	FOPAG (VALOR BRUTO)	IR RETIDO	VALOR LÍQUIDO	CONSIGNAÇÕES	FGTS	PENSÃO ALIM. / AJ 6030	PENHORAS
JAN/23	98.377,90	16.014,18	82.363,72	17.722,66	23,80	2.696,66	-
FEV/23	92.675,63	15.632,98	77.042,65	17.725,44	25,34	2.456,55	22,83
MAR/23	91.165,90	15.849,22	75.316,67	17.930,82	22,81	2.444,11	-
Total	282.219,43	47.496,38	234.723,05	53.378,92	71,94	7.597,32	22,83

Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

PAGAMENTOS E REPASSES FINANCEIROS

Gráfico 5 - Representação gráfica da Folha de Pagamento e Bloqueios Judiciais Incidentes (em milhares)



Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Acompanhamento mensal da Receita Corrente Líquida (RCL) realizada no primeiro trimestre e da projetada para o trimestre seguinte.

Tabela 8 - Receita Corrente Líquida Realizada (em milhares)

PROJETADA				
	ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
1	RECEITAS CORRENTES	1.209.217	1.518.731	1.406.317
2	DEDUÇÕES	-309.207	-365.185	-397.029
3	RCL (3 =1-2)	900.010	1.153.546	1.009.288

Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

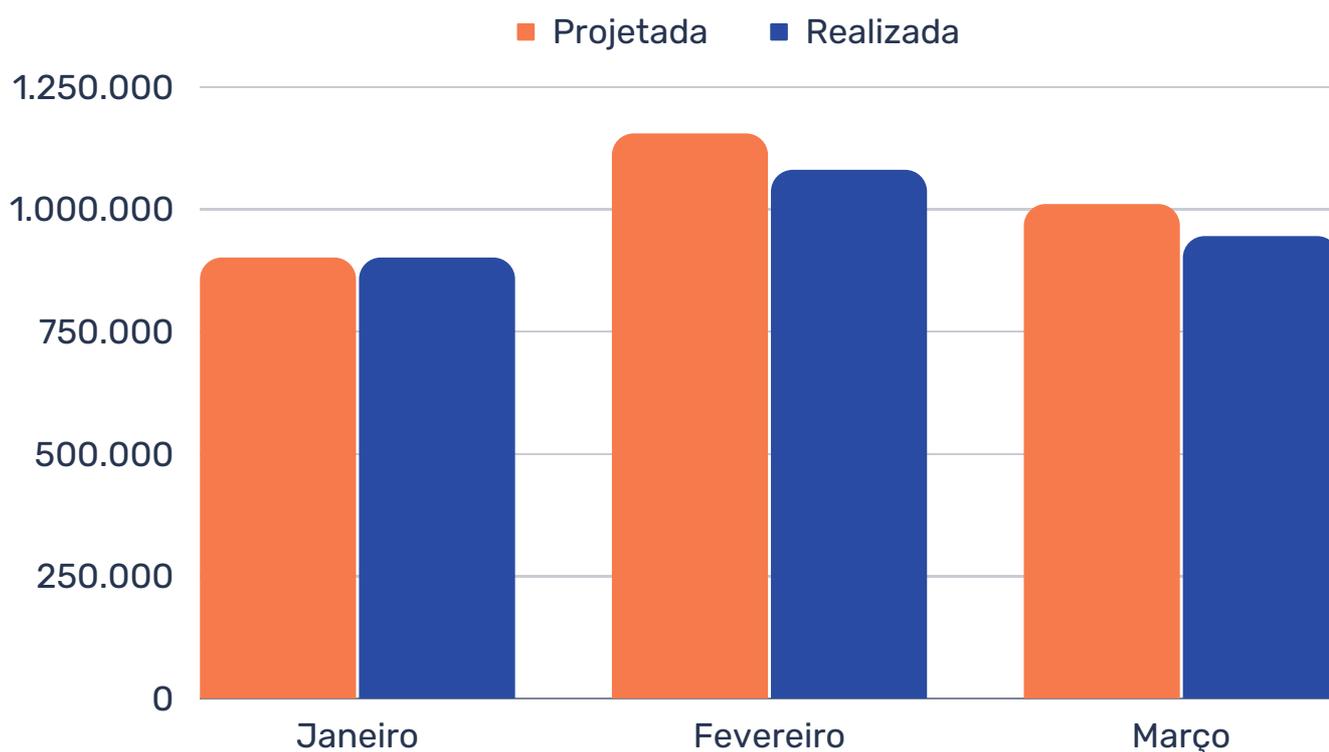
Tabela 9 - Receita Corrente Líquida Projetada (em milhares)

REALIZADA				
	ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
1	RECEITAS CORRENTES	1.209.217	1.427.610	1.278.994
2	DEDUÇÕES	-309.207	-348.285	-335.108
3	RCL (3 =1-2)	900.010	1.079.324	943.887

Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Gráfico 6 - Representação gráfica do acompanhamento da RCL



Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Desempenho da arrecadação até março de 2023.

Tabela 10 - Execução Orçamentária - Receita. (em milhares)

FONTE	NOME DESTINAÇÃO	RECEITA PREVISTA LOA 1º TRI	% RECEITA TOTAL	RECEITA ARRECADADA 1º TRI	% RECEITA ARRECADADA 1º TRI
15000	Recursos não vinculados de impostos	8.345.908	86,00%	2.111.145	25,30%
15001	Recursos não vinculados de impostos	00	-	37	-
17590-08004	Recursos vinculados a Fundos - detalhamento FUNDAT	437.035	4,50%	136.944	31,30%
15010	Recursos não vinculados	218.495	2,30%	19.644	9,00%
17590-08011	Recursos vinculados a Fundos - detalhamento FGPP	437.035	4,50%	136.944	31,30%
17090	Demais vinculações - Transferências da União - Compensação Financeira Recursos Hídricos	44.778	0,50%	9.087	20,30%
17550	Demais vinculações legais	945	-	111	11,70%
17540	Demais vinculações legais	141	-	429	304,50%
TOTAL		9.484.336	100,00%	2.414.342	25,10%

Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Comparação da arrecadação com a despesa até março de 2023.

Tabela 9 - Execução Orçamentária (Despesa)

FONTE		DESPESA FIXADA	DESPESA EMPENHADA	DIFERENÇA ARRECADAÇÃO E DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DIFERENÇA ARRECADAÇÃO E DESPESA LIQUIDADADA
15000	Recursos não vinculados	8.340.866.000,00	2.401.465.823,00	(290.320.694,00)	1.510.428.288,00	600.716.841,00
15001	Recursos não vinculados	5.042.023,00	910.067,00	(872.580,00)	165.960,00	(128.473,00)
17590	Demais vinculações legais	437.034.854,00	157.100.824,00	(20.156.501,00)	19.232.736,00	117.711.587,00
15010	Recursos não vinculados	218.494.760,00	17.075.706,00	2.568.722,00	5.550.623,00	14.093.806,00
15010	Recursos não vinculados	218.494.760,00	17.075.706,00	2.568.722,00	5.550.623,00	14.093.806,00
17590	Demais vinculações legais	437.034.854,00	157.100.824,00	(20.156.501,00)	19.232.736,00	117.711.587,00
17590	Demais vinculações transferências	44.778.094,00	7.895.980,00	1.190.547,00	89.980,00	8.996.547,00
17550	Demais vinculações legais	944.550,00	-	110.558,00	-	110.558,00
17540	Demais vinculações legais	140.826,00	16.740,00	412.067,00	16.740,00	412.067,00
TOTAL		9.702.830.721,00	2.758.641.671,00	(324.655.659,00)	1.560.267.686,00	873.718.326,00

Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RS-SEFIN

Demonstrativo resumido da execução orçamentária e financeira da RS-SEFIN no 1º trimestre de 2023.

Tabela 10 - Execução Orçamentária RS-SEFIN (em milhares)

	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
	(A)	(B)	(C)	(D)
2023	1,153,973	210,093	210,093	210,093

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

Tabela 11 - Execução Orçamentária RS-SEFIN por ação

AÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESP. PAGA ATÉ MARÇO (B)	COEFICIENTE DE EFICÁCIA (B/A)
ASSEGURAR OS RECURSOS PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	231,202	53,181	23%
ASSEGURAR OS RECURSOS PARA APORTES PERIÓDICOS RPPS ESTADUAL	403,178	120,348	30%
ASSEGURAR OS RECURSOS PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	3,172	0	0%
ASSEGURAR OS RECURSOS PARA PAGAMENTO DO PASEP	143,859	29,162	20%
REALIZAR PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS/ PRECATÓRIOS	372,561	7,401	2%
TOTAL	1,153,973	210,093	18%

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RS-SEFIN

Demonstrativo resumido das alterações orçamentárias na RS-SEFIN no 1º trimestre de 2023.

Tabela 12 - Alterações Orçamentária RS-SEFIN

MODALIDADE	TIPO	AÇÃO	FONTE	SUPLEMENTA	REDUZ	NORMATIVO
Crédito Suplementar	Anulação de Despesa	0018 - Recursos RRPS	1.500.0.00001	-	R\$ 50.000.000,00	Decreto nº 27.923/23
		0221 - Sentenças Judiciais / Precatórios	1.500.0.00001	R\$ 50.000.000,00	-	Decreto nº 27.923/23

Fonte: Diretoria Técnica Legislativa - RO

SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL

Demonstrativo resumido do serviço da dívida contratual resultado mês a mês.

O serviço da dívida contratual no primeiro trimestre de 2023 atingiu o valor de R\$ 53.181.150,78, conforme discriminado na Tabela 13. Quanto ao compromisso anual com amortizações, juros e outros encargos da dívida consolidada, permaneceu significativamente abaixo do limite máximo.

Tabela 13 - Demonstrativo resumido (em milhares)

DETALHAMENTO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	VALOR TOTAL
PRINCIPAL	2,356	2,359	2,362	7,076
PRINCIPAL – REFINANCIAMENTO	5,023	5,085	5,141	15,249
JUROS	10,209	10,174	10,125	30,507
ENCARGOS	138	139	139	416
VALOR TOTAL	17,726	17,756	17,767	53,249
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	900,010	1,079,324	943,887	2,923,221
LIMITE RS43/2001 (Art. 7, II)	12%	12%	12%	12%
PERCENTUAL DO SERVIÇO	2%	2%	2%	2%
MARGEM DE EXPANÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA	10%	10%	10%	10%

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL

Resultado do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

No primeiro trimestre de 2023, o serviço da dívida teve uma redução de 1,71% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 14 - Comparativo Serviço da Dívida 1º trimestre 2023/2022 (em milhares)

DETALHAMENTO	1º TRIMESTRE		VARIÇÃO 1º TRIMESTRE (2023/2022)	
	2022	2023	DIFERENÇA	% NOMINAL
PRINCIPAL	7,076	10,606	3,529	33%
PRINCIPAL - REFINANCIAMENTO	15,249	14,020	-1,229	-9%
JUROS	30,507	29,141	-1,367	-5%
ENCARGOS	416	394	-22	-6%
VALOR TOTAL	53,249	54,160	911	2%

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONTRATUAL

Evolução da Dívida Contratual 2023/2022.

No primeiro trimestre de 2023, a dívida contratual do estado de Rondônia atingiu o valor de R\$ 2.918.810.732,00, como apresentado no Anexo 16. Este valor representa um aumento de 1,3% em relação a dezembro de 2022, quando a dívida era de R\$ 2.882.252.334. O acréscimo é de R\$ 36.558.398,00.

Tabela 15 - Evolução da Dívida Contratual 2023/2022 (em milhares)

POSIÇÃO DA DÍVIDA	31/12/2022	31/03/2023	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA (MAR/2023-DEZ/2022)	Δ % 2023/2022
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	240,931	234,712	-6,218	-3%
PIDISE/BNDES	4,255	2,988	-1,267	-30%
PROINVEST/BB (20/00012-3)	222,433	217,601	-4,832	-2%
PAC II - SANEAMENTO-JI-PARANÁ	14,243	14,123	-120	-1%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	20,752	20,206	-546	-3%
PROFISCO I	20,752	20,206	-546	-3%
REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS	2,575,418	2,618,791	43,373	2%
LEI 9496/97-LIQ. DO BERON	2,575,418	2,618,791	43,373	2%
PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	18,901	18,901	0	0%
PASEP/PARCELAMENTO (PERT)	18,901	18,901	0	0%
PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	25,646	25,611	-35	0%
EMATER PREVIDÊNCIA CT103	25,646	25,611	-35	0%
PARCELAMENTOS DO FGTS	605	590	-15	-3%
EMATER / INDENIZAÇÕES CLT /PGFN	573	569	-5	-1%
EMATER PARC.MULTA/PGFN FGTS	32	21	-11	-33%
TOTAIS	2,881,647	2,918,221	36,574	1%

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

DADOS GERAIS DA DÍVIDA CONTRATUAL

Dados gerais da dívida contratual até o 1º trimestre de 2023.

Tabela 16 - Demonstrativo resumido dos contratos em 2023. (em milhares)

CONTRATO	CREDOR	SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	INDEXADOR	DATA DE INÍCIO	DATA DE FIM	MÉDIA DOS PAGAMENTOS
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA - EMPRÉSTIMOS INTERNOS						
PIDISE/BNDES	BNDES	SAC	URTJLP	1/10/2012	15/10/2023	449
PROINVEST/BB (20/00012-3)	BANCO DO BRASIL	SAC	URTJLP	26/12/2012	15/01/2033	3,110
PAC II - SANEAMENTO-JI-PARANÁ**	CEF	PRICE	TR/UPRD	31/10/2012	08/02/2034	178
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS						
PROFISCO I***	BID	SAC	Dólar (US\$)	25/05/2012	15/05/2032	0
REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS						
LEI 9496/97-LIQ. DO BERON	UNIÃO	PRICE	CAM	01/07/2016	28/02/2048	13,990
MÉDIA DOS PAGAMENTOS - OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA, EXTERNA E RESTRUTURAÇÃO						17,727
EMATER	UNIÃO E CEF	SAC	SELIC	23/05/2017	01/02/2025	33,900
MÉDIA DOS PAGAMENTOS - DÍVIDA CONTRATUAL						17,760

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

ESTOQUE DA DÍVIDA CONTRATUAL

Demonstrativo Resumido da Dívida Consolidada.

Até o primeiro trimestre de 2023, a Dívida Consolidada acumulou R\$ 5.358.684.488,50 , o que representa 45,81% da receita corrente líquida (RCL) dos últimos 12 meses (R\$ 11.696.802.153,06). Esse valor é distribuído entre 24,95 % referente ao estoque da dívida contratual e 20,86% ao estoque de precatórios vencidos.

Tabela 17 - Demonstrativo da Dívida Consolidada. (em milhares)

DETALHAMENTO	DEZ-22	MAR-23	VARIACÃO	
			DIFERENÇA	% NOMINAL
DIVIDA CONSOLIDADA	5,149,780	5,358,684	208,905	4%
DIVIDA CONTRATUAL	2,882,252	2,918,811	36,558	1%
PRECATÓRIOS	2,267,527	2,439,874	172,347	7%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	11,597,545	11,696,802	99,258	1%
% DC/RCL	44%	46%		2%

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

DÉFICIT ATUARIAL

Demonstrativo Resumido dos Aportes para Cobertura do Déficit Atuarial (Poder Executivo).

Até março de 2023, os aportes totais ao Iperon, em conformidade com a legislação vigente, totalizaram R\$ 176.427.004,36, representando 34% do cumprimento da obrigação total, como demonstrado no gráfico.

No mesmo período, foi efetuado o pagamento de R\$ 56.078.508,72 ao Fundo Capitalizado do Iperon, referente à transferência de valores do bônus do petróleo, conforme especificado no Ofício nº 809/2023/SEFIN-GEOP (ID 0035534747), presente no processo SEI nº 0030.000992/2023-12.

Considerando isso, as parcelas anteriormente calculadas linearmente para um período de 12 meses, tendo como base a obrigação total de R\$ 522.178.352,54, de acordo com a tabela 27 da Resolução nº 1/2022/2022/IPERON-CSP (ID 0023643880), foram recalculadas, conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 18 - Demonstrativo dos aportes ao IPERON no 1º trimestre de 2023. (em milhares)

PERÍODO DE REFERÊNCIA	SITUAÇÃO	PAGAMENTO ORÇAMENTÁRIO	PAGAMENTO FINANCEIRO	PAGAMENTO ACUMULADO
JANEIRO	REALIZADO	43,515	0	43,515
FEVEREIRO	REALIZADO	38,417	56,079	138,010
MARÇO	REALIZADO	38,417	0	176,427
ABRIL	PROJETADO	38,417	0	214,844
MAIO	PROJETADO	38,417	0	253,261
JUNHO	PROJETADO	38,417	0	291,677
JULHO	PROJETADO	38,417	0	330,094
AGOSTO	PROJETADO	38,417	0	368,511
SETEMBRO	PROJETADO	38,417	0	406,928
OUTUBRO	PROJETADO	38,417	0	445,345
NOVEMBRO	PROJETADO	38,417	0	483,762
DEZEMBRO	PROJETADO	38,417	0	522,178

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

ESTOQUE DE PRECATÓRIOS

Demonstrativo Resumido do Estoque de Precatórios

O estoque total de precatórios da administração direta (UG 140002-RS SEFIN) e indireta (Departamento de Estradas e Rodagens - DER e Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON) apresentou um aumento de 7,89% e 1,30%, respectivamente.

Ademais, o Instituto de Previdência do estado registrou um passivo de R\$ 1.572.922,60 no final do primeiro trimestre, correspondendo inteiramente a precatórios não vencidos.

Tabela 19 - Demonstrativo do Estoque de Precatórios. (em milhares)

DETALHAMENTO	31/12/2022	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	EVOLUÇÃO DO ESTOQUE MAR/2023-DEZ/2022	Δ
ADM. DIRETA + INDIRETA - TOTAL	2,324,706	2,332,398	2,505,588	2,507,061	182,356	7%
ADM. DIRETA - TOTAL	2,307,876	2,315,510	2,488,773	2,490,012	182,136	8%
PRECATÓRIOS VENCIDOS	2,254,526	2,262,159	2,427,712	2,426,403	171,877	8%
VENCIDOS ALIMENTAR	2,094,519	2,102,153	2,268,125	2,266,835	172,316	8%
VENCIDOS COMUM	160,007	160,007	159,587	159,568	-438	0%
PRECATÓRIOS NÃO VENCIDOS	53,350	53,350	61,062	63,609	10,259	19%
NÃO VENCIDOS ALIMENTAR	41,511	41,511	46,628	49,039	7,528	18%
NÃO VENCIDOS COMUM	11,839	11,839	14,434	14,570	2,731	23%
ADM. INDIRETA - TOTAL	16,830	16,888	16,814	17,049	219	1%
PRECATÓRIOS VENCIDOS	13,002	13,002	13,002	13,471	469	4%
VENCIDOS ALIMENTAR	7,766	7,766	7,766	7,929	164	2%
VENCIDOS COMUM	5,236	5,236	5,236	5,541	305	6%
PRECATÓRIOS NÃO VENCIDOS	3,828	3,887	3,813	3,578	-250	-7%
NÃO VENCIDOS ALIMENTAR	2,406	2,406	2,406	2,157	-250	-10%
NÃO VENCIDOS COMUM	1,422	1,480	1,406	1,422	0	0%

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

Nota: foi estornado o pagamento de janeiro no valor de R\$ 3.884.495,35 e realizado em fevereiro em razão da mudança de fonte.

ESTOQUE DE PRECATÓRIOS

Demonstrativo Resumido de variação do Estoque de Precatórios

Tabela 20 - Demonstrativo de Variação do Estoque de Precatórios

	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023
ESTOQUE ACUMULADO	2,307,876	2,315,510	2,488,773
(+) INSCRIÇÕES DE PRECATÓRIOS	0	8,721	2,685
(+/-) REVISÃO	294	55,828	138
(+) ATUALIZAÇÃO E JUROS	7,340	114,547	184
(-) DESINCORPORAÇÃO PELO CANCELAMENTO	0	0	-200
(-) PAGAMENTOS EFETUADOS	0	-5,833	-1,568
ESTOQUE FINAL	2,315,510	2,488,773	2,490,012

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

Repasse de precatórios

Tabela 21 - Demonstrativo do repasse ao TJ

MESES	REPASSES ORDEM CRONOLÓGICA	REPASSES ACORDO DIRETO	TOTAL
JAN/23	13,222	13,222	26,444
FEV/23	13,144	13,144	26,288
MAR/23	13,120	13,120	26,240
TOTAL TRIMESTRAL	39,486	39,486	78,972

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

ESTOQUE DE PRECATÓRIOS

Resultado do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

Comparado ao mesmo período do ano anterior, houve um aumento de R\$ 8.460.658,34 no valor total repassado, o que resultará em uma redução do passivo para os próximos exercícios.

Tabela 22 - Comparativo. (em milhares)

PERÍODO	REPASSES ORDEM CRONOLÓGICA	REPASSES ACORDO DIRETO	TOTAL
1º TRIMESTRE DE 2022	35,256	35,256	70,512
1º TRIMESTRE DE 2023	39,486	39,486	78,972
DIFERENÇA 03/2023 - 03/2022	4,230	4,230	8,461

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

DISPONIBILIDADE PARA PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS

Demonstrativo da variação da disponibilidade de caixa para pagamento de precatórios

O valor de R\$ 323.854.339,05 na fonte 501, referente ao mês de janeiro, é o saldo final do exercício de 2022.

Tabela 23 - Variação da disponibilidade de caixa. (em milhares)

MESES	FONTE	REPASSES TOTAL	PAGAMENTO ALIMENTAR	PAGAMENTO COMUM	SALDO DA CONTA DIREITO A RECEBER
JAN/23	501	0	0	0	323,854
	500	26,444	0	0	26,444
FEV/23	501	0	0	0	323,854
	500	26,288	-5,833	0	46,899
MAR/23	501	0	0	0	323,854
	500	26,240	0	-1,568	71,571
DISPONIBILIDADE DE CAIXA NO 1º TRIMESTRE					395,425

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Demonstrativo resumido de pagamento de precatórios no 1º trimestre de 2023

No primeiro trimestre, o total pago sofreu retenções na fonte para o Imposto de Renda (R\$ 91.052,80), IPERON (R\$ 241.493,25) e outras (R\$ 5.749,74). Salienta-se que os pagamentos de acordos diretos normalmente ocorrem no terceiro trimestre, causando um impacto significativo nos pagamentos.

Tabela 24 - Variação da disponibilidade de caixa. (em milhares)

MESES	PGTO. ORDEM CRONOLÓGICA ALIMENTAR	PGTO. ORDEM CRONOLÓGICA COMUM	PGTO. ACORDO DIRETO ALIMENTAR	PGTO. ACORDO DIRETO COMUM	TOTAL
JAN/23	0	0	0	0	0
FEV/23	-5,833	0	0	0	-5,833
MAR/23	0	-1,568	0	0	-1,568
TOTAL TRIMESTRAL	-5,833	-1,568	0	0	-7,401

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Resultado do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve uma redução de 78,11% no montante total pago. Essa diminuição nos pagamentos pode ser justificada pelo fato de que tanto o Estado quanto o TJ/RO estão direcionando todos os seus esforços para os acordos diretos em andamento por meio do Edital n.º 5/2022, publicado em novembro de 2022. Esse edital estabelece um prazo para a efetivação dos pagamentos entre 8/11/2022 e 31/7/2023.

Tabela 25 - Comparativo de pagamento de precatórios

PERÍODO	PGTO. ORDEM CRONOLÓGICA ALIMENTAR	PGTO. ORDEM CRONOLÓGICA COMUM	PGTO. ACORDO DIRETO ALIMENTAR	PGTO. ACORDO DIRETO COMUM	TOTAL
1º TRIMESTRE DE 2022	-4,992	-28,827	0	0	-33,819
1º TRIMESTRE DE 2023	-5,833	-1,568	0	0	-7,401

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

CONTRIBUIÇÃO AO PIS/PASEP

Apuração da contribuição ao PIS/Pasep do 1º trimestre de 2023 (Regime de Competência)

Tabela 26 - Demonstrativo das contribuições PASEP/2023 – Regime de Competência

DESCRIÇÃO	JAN/23	FEV/2023	MAR/2023	TOTAL ACUMULADO
RECEITA CORRENTE ARRECADA + TRANSFERÊNCIA CORRENTE E DE CAPITAL RECEBIDA	1,211,375	1,427,610	1,298,423	3,937,407
RECEITAS CORRENTES ARRECADADAS	673,360	675,226	777,115	2,125,702
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	535,857	752,383	501,880	1,790,119
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2,158	0	19,428	21,586
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA DA ADM. DIRETA	0	0	0	0
RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA APÓS DEDUÇÕES DE CONVÊNIOS, CONTRATOS E REPASSES OU INSTRUMENTO CONGÊNERE XIII	0	0	0	0
(-) DEDUÇÕES CONSTITUCIONAIS, LEGAIS, CONVÊNIO, CONTRATOS E REPASSES E EXCLUSÕES DE RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA, CORRENTE E DE CAPITAL DE OUTRAS ENTIDADES	352,963	382,553	404,528	1,140,045
(-) REPASSES AO FUNDEB	152,584	184,727	140,522	477,833
(-) REPASSES AOS MUNICÍPIOS	138,073	126,422	142,686	407,181
(-) RECEITAS CORRENTES DE CONVÊNIOS, CONTRATO DE REPASSE OU INSTRUMENTO CONGÊNERE COM OBJETO DEFINIDO	43	341	255	640
(-) RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA RECEBIDA DE ÓRGÃOS E FUNDOS DA ADM. DIRETA	0	0	0	0
(-) RECEITA CORRENTE E TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL DE OUTRAS ENTIDADES CONTRIBUENTES	61,614	71,064	102,031	234,708
(-) DEDUÇÕES DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL DE CONVÊNIOS, CONTRATO DE REPASSE OU INSTRUMENTO CONGÊNERE COM OBJETO DEFINIDO	649	0	19,034	19,684
BASE DE CÁLCULO (BC)	858,412	1,045,056	893,895	2,797,363

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

CAPACIDADE DE PAGAMENTO - CAPAG

Resultado CAPAG em 31/12/2022

Tabela 28 - Resultado. (em milhares)

ANO	ENDIVIDAMENTO	POUPANÇA CORRENTE	LIQUIDEZ	NOTA
	(%)	(%)	(%)	
2017	69%	90%	52%	B
2018	65%	90%	50%	B
2019	58%	88%	19%	A
2020	59%	84%	6%	A
2021	49%	83%	14%	A

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

Nota: Calculado pela GCDP. A STN homologa até 31/10/2023.

ESPAÇO FISCAL

Evolução do espaço fiscal no 1º trimestre de 2023

Tabela 29 - Evolução.

EXERCÍCIO DE VIGÊNCIA	EXERCÍCIO AVALIADO	ENDIVIDAMENTO	ESPAÇO FISCAL (RS em milhares)
2019	2017	69.40%	390,089
2020	2018	65.45%	416,612
2021	2019	57.65%	1,161,457
2022	2020	58.64%	1,308,567
2023	2021	48.72%	1,502,913

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

REGULARIDADE FISCAL

Controle das Certidões do Estado de Rondônia no 1º trimestre de 2023

Tabela 30 - Controle de Certidões

QUADRO DE CERTIDÕES			
CERTIDÃO	DATA DE EMISSÃO	PRAZO DE VALIDADE	OBSERVAÇÃO
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA	20/03/2023	16/09/2023	ATIVA
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS	20/03/2023	08/04/2023	ATIVA
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE PRECATÓRIOS - TJRO	03/03/2023	31/03/2023	ATIVA
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE PRECATÓRIOS - TRF1	03/03/2023	31/03/2023	ATIVA
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE PRECATÓRIOS - TRT	23/03/2023	23/04/2023	ATIVA
CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	07/03/2023	03/09/2023	ATIVA
CERTIDÃO DE REGULARIDADE JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DE RONDÔNIA	24/06/2022	06/09/2023	ATIVA

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

EMPRESAS EM LIQUIDAÇÃO

Comparativo de baixas de hipoteca emitidas no 1º trimestre 2022 e 1º trimestre 2023

Tabela 31 - Comparativo de baixas de hipoteca

COMPARATIVO BAIXAS DE HIPOTECA EMITIDAS		
EMPRESA	1º TRIMESTRE 2022	1º TRIMESTRE 2023
CDHUR	17	60
RONDONPOUP	2	5

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

Comparativo de escrituras públicas assinadas no 1º trimestre 2022 e 1º trimestre 2023

Tabela 32 - Comparativo de escrituras públicas assinadas

COMPARATIVO DE ESCRITURAS PÚBLICAS ASSINADAS		
EMPRESA	1º TRIMESTRE 2022	1º TRIMESTRE 2023
CDHUR	19	22
RONDONPOUP	1	7

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

Duodécimo: São repasses financeiros mensais do Poder Executivo de Rondônia feitos aos demais Poderes e Órgãos Autônomos até o dia 20 de cada mês. Os critérios são definidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 (Lei Estadual nº 5.073/2021) e legislação vigente. O cálculo é baseado em coeficientes de repartição e metodologia descritos no artigo 8º, §2º, da mesma lei.

Precatórios: Referem-se a requisições de pagamento do Poder Judiciário ao Estado após condenação judicial definitiva. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 5.073/21) determina que o Poder Executivo destine no mínimo 1,5% da receita corrente líquida.

Fopag - Folha de Pagamento: Registra todos os vencimentos, descontos e benefícios concedidos aos servidores em um determinado período, como salários, contribuições, impostos e o valor líquido.

AJ 6030 - Ação Judicial (código 6030) e Pensão Alimentícia: são despesas parceladas de servidores, motivadas por decisões judiciais, em que o Governo retém dos pagamentos dos responsáveis e repassa os valores em contas judiciais.

AJ 5042 - Ação Judicial (código 5042): corresponde a despesas motivadas por decisões judiciais, em que o Governo retém os pagamentos dos responsáveis e repassa os valores em contas judiciais por meio de guias.

Penhoras: Consiste na apreensão judicial dos bens do devedor, decorre de ação judicial para garantir o pagamento de uma dívida com finalidade de garantir o pagamento de uma dívida.

Consignações: São descontos realizados na folha de pagamento dos servidores e que se referem a pensão alimentícia, ações judiciais, honorários advocatícios, contribuição sindical, entre outros. O Governo de Rondônia faz o pagamento dessas obrigações e, após isso, desconta dos servidores responsáveis pela despesa.

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: foi criado para proteger o trabalhador demitido sem justa causa por meio de uma conta vinculada ao contrato de trabalho.

Previdências: Realização do pagamento de outras previdências quando o Governo estadual requisita servidores de outros órgãos públicos.

GLOSSÁRIO

RPSM - Regime Próprio de Previdência Social dos Militares: sistema previdenciário específico para militares das Forças Armadas e outras instituições militares, que rege as regras de aposentadoria e benefícios desses profissionais, desde a vigência da Lei nº 13.954/2019. e é gerida pela SESDEC (Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania).

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social: É o pagamento de INSS dos servidores que não têm vínculo estatutário com o Governo de Rondônia. Contribuição do empregado é o percentual que cada servidor não estatutário deve desembolsar em relação ao benefício de aposentadoria ou pensão. Contribuição patronal é o percentual que o Governo de Rondônia desembolsa para garantir a seguridade social dos servidores não estatutários.

IPERON - Instituto de Previdência do Estado de Rondônia: É o pagamento de INSS dos servidores que têm vínculo estatutário com o Governo de Rondônia. Contribuição do empregado é o percentual que cada servidor público deve desembolsar em relação ao benefício de aposentadoria ou pensão. Contribuição patronal é o percentual que o Governo de Rondônia desembolsa para garantir a seguridade social de seus servidores.

RS-SEFIN: Recursos sob Supervisão da SEFIN.

Dotação Atualizada: soma da dotação inicial com os créditos adicionais durante o ano.

Empenhado: valor comprometido para o pagamento de uma obrigação assumida.

Liquidado: valor separado para o pagamento de uma obrigação assumida.

Pago Execução: pagamento de uma obrigação assumida.

Ação Orçamentária: instrumento que contribui para atender ao objetivo de um programa, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

Dotação atualizada: soma da dotação inicial com os créditos adicionais durante o ano.

Coefficiente de eficácia: percentual de execução em relação a dotação atualizada.

Crédito Suplementar: Crédito adicional destinado a reforço de dotação orçamentária, sendo autorizado por lei. A Constituição permite que a LOA contenha autorização para a abertura de créditos suplementares, dentro de certos limites. (CF, arts. 165, § 8º, e 167, V; Lei nº 4.320/1964, art. 41, I; LDO; LOA)

Anulação de Despesa: Procedimento no qual se reduz, total ou parcialmente, o montante da dotação disponível de determinado subtítulo constante da LOA, de forma original ou acrescentado por crédito adicional. Os recursos que se tornam disponíveis em razão da anulação da despesa podem ser utilizados para suportar créditos adicionais, verificada a compatibilidade de fontes (Lei nº 4.320/1964, art. 43, § 1º, III).

Receita Corrente Líquida: Indicador financeiro calculado a partir da receita corrente total do ente federado, deduzidos: a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal e as contribuições mencionadas na alínea “a” do inciso I e no inciso II do art. 195 (contribuição social patronal, do trabalhador e dos demais segurados da previdência social) e no art. 239 (PIS/PASEP) da Constituição Federal; b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição Federal. (CF, arts. 195, 201 e 239; LRF, art. 2º, IV).

BNDS: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

BB: Banco do Brasil.

CEF: Caixa Econômica Federal.

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.

SAC: Sistema de Amortização Constante, popularmente conhecido como “Tabela SAC”. Forma de amortização de financiamento a longo prazo em que as parcelas são compostas pelo valor da parcela e juros.

PRICE: Conhecido como “Tabela PRICE”. Forma de amortização de financiamento em que as parcelas permanecem iguais ao longo do período de pagamento. A composição das primeiras parcelas é composta por juros e as subsequentes direcionadas à amortização da dívida.

TR/UPRD: Unidade Padrão de Referência

CAM: Coeficiente de Atualização Monetária. Informa o coeficiente de atualização monetária relativo aos contratos de financiamento federal para Estados, o Distrito Federal e os Municípios baseados na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e no Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015.

SELIC: Taxa básica de juros da economia. É o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação.

Dívida Consolidada: Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses. (LRF, art. 29, I; Lei nº 4320/1964, art. 98)

Dívida Contratual: Compromisso derivado da assinatura de contratos que estabelecem volume, prazos e custos de financiamento e estrutura de pagamento de juros e de amortização.

Adm. Direta: Conjunto de pessoas jurídicas composta por órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa de forma centralizada.

Adm. Indireta: Composta por entidades administrativas, dotadas de personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, mas subordinadas à Administração Direta. São criadas ou autorizadas mediante lei específica, para o exercício de finalidade e competências descentralizadas.

Precatório Comum: Precatórios decorrentes de sentença judicial transitada em julgado que possuem natureza diversa da natureza alimentícia. Pode ser referente à repetição de indébitos, indenização por dano moral etc. (CF, art. 100).

Precatório Alimentar: Precatórios decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos (CF, art. 100 § 1º).

Base de Cálculo: Unidade de medida adotada para aplicar a alíquota e calcular a quantia a ser paga.

GLOSSÁRIO

Receita Corrente: Receitas arrecadadas no exercício financeiro que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido. São exemplos de receitas correntes: a receita tributária, a receita de contribuições, a receita patrimonial, a receita agropecuária, a receita industrial, a receita de serviços e outras. (Lei nº 4.320/1964, art. 11, § 1º)

Receita de Capital: Receitas que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e não provocam efeito sobre o patrimônio líquido. São exemplos as receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas e as receitas da conversão em espécie de bens e direitos. (Lei nº 4.320/1964, art. 11, § 2º)

Transferência Corrente: Receita recebida de outras pessoas de direito público ou privado destinada a atender despesas de manutenção ou funcionamento que não impliquem contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou essa transferência.

Transferência de Capital: Receita proveniente de dotação para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, bem como proveniente de dotações para amortização da dívida pública. (Lei nº 4.320/1964, art. 12, § 6º.).

PASEP: Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

CDHUR: Companhia de Desenvolvimento Urbano e Rural de Rondônia S.A "em liquidação"

RONDONPOUP: Rondônia Crédito Imobiliário S.A

RESPONSÁVEIS

Este boletim é um esforço conjunto das seguintes áreas:

COORDENAÇÃO DO TESOIRO ESTADUAL

Coordenador: Daniel Piedade de Oliveira Soler

GERÊNCIA DE CONTAS BANCÁRIAS DO TESOIRO

Gerente: André Sales Mendes

GERÊNCIA DE CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA

Gerente: Douglas Henrique Coqueiro Tiegs

GERÊNCIA DE OPERAÇÃO E PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Gerente: Michael da Costa Lima

INFORMAÇÕES

Telefone: (69) 3211 - 6100

E-mail: cotes@sefin.ro.gov.br

Palácio Rio Madeira, Edifícios Rio Jamari / Rio Pacaás Novos,
av. Farquar, 2986, 6º andar, Pedrinhas / Porto Velho /
Rondônia, 76801-470